

📍 Itaúnas | Espírito Santo | Brasil



# PROTURES

## ITAÚNAS

PROGRAMA DE ORDENAMENTO DO  
TURISMO RESPONSÁVEL DE ITAÚNAS

AVALIAÇÃO DE  
MATURIDADE SGS  
| SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA |

REALIZAÇÃO



APOIO



EXECUÇÃO



---

# PROTURES ITAÚNAS

## PROGRAMA DE ORDENAMENTO DO TURÍSTICO RESPONSÁVEL

O PROTURES ITAÚNAS (Programa de Ordenamento do Turismo Responsável de Itaúnas) nasceu da necessidade de estruturar, de forma participativa e tecnicamente embasada, o desenvolvimento turístico de um dos destinos mais singulares do Espírito Santo.

A Vila de Itaúnas reúne um patrimônio natural e cultural de rara densidade: dunas que soterraram uma vila inteira, um parque estadual de alto valor ecológico, comunidades quilombolas e indígenas ativas, e uma identidade cultural construída em torno do forró de raiz.

A Fase 01 do programa, executada pela SubHike Brasil, entre os meses de julho e novembro em 2025, combinou inventário técnico georreferenciado, pesquisa de gabinete e escuta qualificada de moradores, empreendedores e gestores públicos para mapear atrativos naturais e culturais, avaliar a maturidade ESG e SGS dos serviços de ecoturismo e turismo de aventura, e lançar as bases de uma governança local participativa.

Os resultados confirmam um território com potencial turístico robusto e subutilizado. A oferta está concentrada em produtos âncora, com forte sazonalidade e pressão localizada sobre ecossistemas frágeis, que formam um portfólio amplo, ainda pouco estruturado e comunicado. Equacionar essa assimetria é o desafio central que este programa se propõe a enfrentar.



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	02
<b>METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO SGS</b>	03
ESTRUTURA DE AVALIAÇÃO	04
<b>ANÁLISE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS</b>	09
AGÊNCIAS DE VIAGEM	10
CONDUTORES DE TURISMO	12
VEÍCULOS MOTORIZADOS	14
<b>ANÁLISE CONSOLIDADA</b>	15
<b>AGÊNCIAS DE TURISMO</b>	16
PROTOCOLOS DE SEGURANÇA	16
DOCUMENTAÇÃO E TREINAMENTO DE EQUIPE	17
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E PLANO DE EMERGÊNCIA	18
<b>CONDUTORES DE TURISMO</b>	19
PROTOCOLOS DE SEGURANÇA	19
DOCUMENTAÇÃO E TREINAMENTO DE EQUIPE	20
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E PLANO DE EMERGÊNCIA	21
<b>VEÍCULOS MOTORIZADOS</b>	22
<b>CONSOLIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE MATURIDADE SGS</b>	23
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	24
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	25



Este programa é executado pela SubHike Brasil, empresa de consultoria e treinamento especializada em turismo de natureza, atuando na curadoria de experiências turísticas sustentáveis e seguras, contribuindo para que negócios e destinos adotem estratégias que valorizam o patrimônio natural e cultural.



@subhikebrasil



*As imagens contidas neste documento são registros reais do território, representados artisticamente por meio da técnica de linoleogravura. Elas capturam a essência e as características autênticas da paisagem local sob uma perspectiva artística tradicional.*

## APRESENTAÇÃO

O Sistema de Gestão de Segurança (SGS) é uma arquitetura gerencial que integra processos, procedimentos e recursos para identificação, avaliação e controle de riscos das atividades turísticas.

Em alinhamento à ABNT NBR ISO 21101, estrutura-se em sete eixos: análise de contexto e requisitos legais, liderança e comprometimento, planejamento de riscos, provisão de recursos e competências, controle operacional, avaliação de desempenho e melhoria contínua, em ciclo de aprendizado permanente.

Sua efetividade requer recursos adequados, qualificação técnica segundo ABNT NBR ISO 21102, cultura de percepção de risco, comunicação estruturada e gestão formal da informação. Planejamento e controle operacional, planos de emergência e gestão de incidentes compõem o núcleo tático do sistema, suportado por indicadores de segurança, verificação de conformidade, auditorias internas e análises críticas da direção.

O SGS é requisito legal imposto pelo Decreto nº 7.381/2010 (Lei nº 11.771/2008) para o turismo de aventura, assegurando proteção do consumidor, padronização de segurança e profissionalização do setor. Simultaneamente, constitui ativo competitivo: habilita certificações, diferenciação mercadológica, proteção reputacional e sustentabilidade econômica de destinos e operadores.



## METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO SGS

Este relatório apresenta o diagnóstico de maturidade da gestão de segurança nas atividades de ecoturismo e turismo de aventura da Vila de Itaúnas, no âmbito do PROTURES ITAÚNAS. O propósito é qualificar a oferta, assegurando segurança operacional e sustentabilidade, em conformidade com a legislação brasileira e com a ABNT NBR ISO 21101.

Foram avaliados 17 empreendimentos atuantes no território, com foco na existência e efetividade de Sistemas de Gestão de Segurança (SGS) aplicados às atividades de aventura. O SGS, conforme a ABNT NBR ISO 21101, configura um arcabouço sistêmico para identificação, análise e mitigação de riscos, extrapolando a mera disponibilidade de equipamentos

ou protocolos pontuais. Pressupõe planejamento formal, documentação, análise de perigos, treinamento contínuo da equipe, inspeção periódica de equipamentos, monitoramento de condições ambientais, comunicação estruturada e capacidade de resposta a emergências. Lacunas em qualquer desses componentes comprometem a integridade do sistema e a robustez da operação.

A análise dos empreendimentos foi conduzida com base em critérios pré-definidos, distribuídos em cinco níveis de maturidade, possibilitando classificação granular do estágio de desenvolvimento dos protocolos de segurança, conforme a tabela a seguir.

ELEMENTOS	ASPECTOS	
<b>NENHUM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de protocolos de segurança</li> <li>Não possui documentação</li> <li>Sem treinamento da equipe</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem equipamentos de proteção</li> <li>Sem plano de emergência</li> </ul>
<b>BÁSICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Protocolos mínimos de segurança</li> <li>Documentação incompleta</li> <li>Treinamento inicial e superficial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamentos básicos</li> <li>Plano de emergência rudimentar</li> </ul>
<b>PARCIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alguns protocolos estruturados</li> <li>Documentação parcial</li> <li>Treinamento periódico limitado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamentos em conformidade</li> <li>Plano de emergência com lacunas</li> </ul>
<b>AMPLO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Protocolos abrangentes</li> <li>Documentação completa</li> <li>Treinamento regular e aprofundado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamentos certificados</li> <li>Plano de emergência detalhado</li> <li>Registro e análise de incidentes</li> </ul>
<b>TOTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Protocolos avançados</li> <li>Documentação auditada</li> <li>Treinamento especializado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamentos de última geração</li> <li>Plano de emergência avançado</li> <li>Sistema de gestão de riscos</li> </ul>

O nível “Nenhum” indica inexistência absoluta de protocolos formalizados, registros, treinamentos, EPIs adequados e planos de emergência estruturados.

O nível “Total” pressupõe protocolos avançados auditados, treinamentos contínuos, equipamentos certificados, planos com simulações, sistema robusto de gestão de riscos e cultura de segurança consolidada. A análise qualitativa e quantitativa evidenciou cenário de desconformidade generalizada: 100% dos empreendimentos e atrativos avaliados foram classificados em nível “Nenhum” em todos os critérios de SGS.

## ESTRUTURA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da maturidade em segurança dos empreendimentos de ecoturismo e turismo de aventura da Vila de Itaúnas foi ancorada na ABNT NBR ISO 21101 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança, referência internacional adaptada ao contexto brasileiro. A norma define os elementos estruturantes de um SGS robusto, desde contexto organizacional e liderança até operação, avaliação de desempenho e melhoria contínua.

Os itens de pesquisa apresentados aos empreendedores, em formato de autoavaliação sobre uso de protocolos, foram diretamente derivados desses requisitos, permitindo mensurar aderência às melhores práticas e à legislação setorial. A correlação entre os temas normativos e as respostas permite leitura técnica do grau de implementação do SGS no destino.

A investigação estruturou-se em 15 itens essenciais para operações seguras, selecionados a partir de requisitos específicos da ABNT NBR ISO 21101.

A avaliação desses itens identificados permite medir o alinhamento dos prestadores turísticos de Itaúnas com padrões internacionais, revelando lacunas operacionais e orientando ações para elevar os níveis de segurança no destino.



	QUESTÕES	REQUISITOS
1	<b>Guia de Turismo Credenciado</b> (Cadastur)	7.2 Competência 7.3 Conscientização
2	<b>Condutores de Ecoturismo Capacitados</b>	7.2 Competência
3	<b>Seguro Aventura</b>	8.1 Planejamento e Controle Operacional 8.5 Resposta a Emergências
4	<b>Checklist de Vestuário e Equipamentos ao Cliente</b>	8.1 Planejamento e Controle Operacional 8.4 Briefing aos Participantes
5	<b>Materiais Homologados</b>	7.1 Recursos 8.1 Planejamento e controle operacional
6	<b>Procedimento de Comunicação</b>	7.4 Comunicação 8.1 Planejamento e controle operacional
7	<b>Análise de Risco</b>	6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades
8	<b>Plano de Resposta e Emergência</b>	8.2 Preparação e resposta a emergências
9	<b>Monitoramento Climático Prévio</b>	8.1 Planejamento e controle operacional
10	<b>Inspeção Periódica de Materiais e Equipamentos</b>	7.1 Recursos 8.1 Planejamento e controle operacional
11	<b>Competência e Informação no Turismo de Aventura</b> (ISO 21102 e 21103)	7.2 Competência 7.5 Informação documentada
12	<b>Boas Práticas de Sustentabilidade para o Turismo de Aventura</b> (ISO 20611)	4.1 Organização e seu Contexto 4.2 Necessidades e Expectativas de Partes Interessadas
13	<b>Termo de Conhecimento de Risco</b>	7.4 Comunicação 7.5 Informação documentada
14	<b>Normas de Visitação</b>	8.1 Planejamento e controle operacional 6.1.3 Requisitos legais e outros requisitos
15	<b>Equipamentos de Segurança</b>	7.1 Recursos 8.1 Planejamento e controle operacional

## GUIA DE TURISMO CREDENCIADO

O credenciamento formal de guias de turismo constitui requisito legal e técnico para operação de roteiros em destinos turísticos. Profissionais credenciados possuem formação mínima em patrimônio turístico, legislação, primeiros socorros e técnicas de condução, garantindo qualificação rastreável, conformidade com exigências do Ministério do Turismo e segurança operacional para grupos conduzidos.

## CONDUTORES DE ECOTURISMO

Profissionais com formação específica em interpretação ambiental, técnicas de mínimo impacto e primeiros socorros, conforme ISO 21101 item 7.2 e ISO 21103. Devem demonstrar competência técnica sobre fauna, flora, geologia e aspectos culturais regionais, além de habilidades para condução segura e educativa em ambientes naturais, assegurando qualidade e segurança operacional.

## SEGURO AVENTURA

Instrumento de proteção financeira obrigatório que cobre despesas médicas, hospitalares, de resgate e evacuação em atividades de turismo de aventura. Relaciona-se à ISO 21101 itens 8.1 e 8.5, garantindo acesso imediato a atendimento médico adequado, reduzindo exposição jurídica e financeira do operador e assegurando mecanismos efetivos de resposta a emergências com participantes acidentados.

## CHECKLIST DE VESTUÁRIO E EQUIPAMENTOS AO CLIENTE

Procedimento operacional padronizado que verifica sistematicamente vestuário, equipamentos de segurança e itens pessoais dos participantes antes de cada atividade, conforme ISO 21102. Reduz falhas humanas e esquecimentos críticos, assegurando que todos os participantes estejam adequadamente preparados para as condições físicas e ambientais inerentes ao roteiro a ser executado.

## MATERIAIS HOMOLOGADOS

Equipamentos de proteção individual e coletiva certificados por organismos competentes, atendendo padrões mínimos de qualidade, resistência e segurança. Abrangem coletes salva-vidas, capacetes, arneses e demais dispositivos de proteção, todos testados e aprovados tecnicamente. A homologação reduz riscos de falhas mecânicas durante operações e assegura conformidade com normas técnicas vigentes aplicáveis ao turismo de aventura.

## PROCEDIMENTO DE COMUNICAÇÃO

Sistema estruturado que inclui rádios, telefones via satélite e GPS para coordenação operacional e acionamento de emergências em áreas remotas. Garante contato constante entre equipes, acesso a suporte externo em situações críticas e coordenação eficiente de resgates. Conforme ISO 21103, profissionais devem possuir habilidades técnicas para operar esses equipamentos em condições normais e emergenciais.

## ANÁLISE DE RISCO

Elemento central do Sistema de Gestão de Segurança que exige identificação sistemática de perigos, avaliação de probabilidade e severidade e determinação de controles operacionais para cada atividade turística. Fundamenta decisões preventivas e informa participantes sobre riscos específicos, garantindo transparência, consentimento informado e estruturação de medidas de mitigação proporcionais a cada contexto operacional.

## PLANO DE RESPOSTA E EMERGÊNCIA

Documento que estabelece procedimentos, fluxogramas, contatos e responsabilidades para situações de emergência, incluindo primeiros socorros, evacuação e acionamento de serviços externos. Exige treinamento específico das equipes para garantir respostas adequadas a incidentes graves, reduzindo tempo de resposta, minimizando danos e assegurando atendimento inicial qualificado antes da chegada de socorro especializado.

## MONITORAMENTO CLIMÁTICO PRÉVIO

Controle operacional que exige consulta sistemática a previsões meteorológicas antes de cada atividade, avaliando condições que possam comprometer a segurança operacional. Fundamenta decisões sobre realização, adiamento ou

cancelamento de roteiros expostos a tempestades, raios, ventos intensos ou temperaturas extremas, prevenindo acidentes relacionados a fatores ambientais adversos e reduzindo riscos para participantes e condutores.

## INSPEÇÃO PERIÓDICA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Procedimento de manutenção preventiva que verifica sistematicamente conformidade, integridade e validade de equipamentos utilizados nas operações. Abrange embarcações, veículos, equipamentos de proteção e materiais de segurança, identificando desgastes, danos ou não conformidades antes que comprometam a segurança. Assegura que certificações e homologações permaneçam válidas e que equipamentos operem dentro de parâmetros técnicos seguros.

## COMPETÊNCIA E INFORMAÇÃO

Integração dos requisitos da ISO 21102 e ISO 21103, que estabelecem, respectivamente, as qualificações mínimas para líderes e condutores, e as informações claras a serem fornecidas aos participantes sobre riscos, requisitos físicos e procedimentos de segurança. Assegura que operadores forneçam dados suficientes para consentimento informado e que profissionais possuam competências técnicas necessárias para condução segura de atividades de aventura.

## BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Conjunto de diretrizes que orientam gestão responsável de impactos ambientais nas operações turísticas, incluindo controle de resíduos, conservação de recursos naturais e educação ambiental. Embora complementar à ISO 21101, integra-se ao planejamento operacional ao reconhecer que degradação ambiental compromete a viabilidade das atividades a longo prazo e a segurança dos ambientes naturais utilizados nos roteiros.

## TERMO DE CONHECIMENTO DE RISCO

Documento legal que formaliza a comunicação de riscos inerentes à atividade e registra o consentimento informado do participante, conforme requisitos de informação documentada da ISO 21101. Protege juridicamente o prestador ao comprovar que informações sobre perigos foram fornecidas de forma clara e compreensível, estabelecendo responsabilidade compartilhada pela segurança e reduzindo exposição a litígios decorrentes de acidentes durante operações turísticas.

## NORMAS DE VISITAÇÃO

Regras operacionais e comportamentais que definem capacidade de carga, restrições de acesso, horários, condutas esperadas e limitações de atividades em cada roteiro turístico. Conforme ISO 21102, devem ser comunicadas claramente aos participantes antes do início das atividades.

Padronizam operações, orientam comportamentos seguros, protegem recursos naturais e culturais e estabelecem parâmetros objetivos para tomada de decisão pelos condutores.

## EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Conjunto de materiais e dispositivos de proteção individual e coletiva exigidos pela ISO 21101 itens 8.1 e 8.2 para operação segura de atividades turísticas. Abrangem coletes salva-vidas, capacetes, lanternas, kits de primeiros socorros, apitos e equipamentos de comunicação, dimensionados conforme análise de riscos, mantidos em conformidade por inspeções periódicas e disponibilizados adequadamente a todos os participantes de cada atividade.



## ANÁLISE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

A avaliação de maturidade do Sistema de Gestão de Segurança em Itaúnas organiza os prestadores de turismo receptivo segundo categorias definidas pela legislação brasileira.

As empresas que organizam passeios e roteiros enquadram-se no CNAE 7912-1/00, referente a operadores turísticos, enquanto agências de viagens seguem o CNAE 7911-2/00 e serviços complementares o CNAE 7990-2/00. Prestadores com frota própria devem acrescentar o CNAE 4929-9/04.

Além da classificação econômica, o cadastramento no Cadastur é obrigação legal para todos os prestadores do setor, condicionando acesso a políticas públicas e linhas de crédito. O levantamento identificou 18 prestadores em Itaúnas,

distribuídos em três grupos: 5 Agências de Turismo, empresas formalizadas que oferecem pacotes e organizam roteiros; 4 Condutores de Turismo, moradores locais que conduzem visitantes em experiências de ecoturismo; e 9 prestadores classificados como Outros, dedicados exclusivamente ao transporte turístico (Veículos Motorizados). Nenhum prestador se identificou como Guia de Turismo registrado no Ministério do Turismo, categoria disponível no formulário de pesquisa.

Essa estrutura classificatória permite análise comparativa dos níveis de conformidade e maturidade em gestão de segurança, considerando as especificidades operacionais e o alcance de cada segmento no contexto do turismo de aventura desenvolvido em Itaúnas.



## AGÊNCIAS DE TURISMO

As agências de turismo constituem empresas formalizadas especializadas na organização e comercialização de produtos turísticos, atuando como intermediárias entre fornecedores de serviços e visitantes. No turismo receptivo, desenvolvem pacotes personalizados, roteiros temáticos e experiências adaptadas ao perfil dos clientes, responsabilizando-se pelo planejamento operacional e gestão logística das atividades. As cinco agências identificadas em Itaúnas oferecem diversidade de serviços que incluem trilhas ecológicas, passeios de canoa, bicicleta, veículos motorizados e experiências gastronômicas, configurando-se como principais organizadoras da oferta turística local.

### AGÊNCIA 01

**Implementa 6 protocolos de segurança:**

1. Uso de Equipamentos de Segurança Homologados,
2. Procedimento de Comunicação, Monitoramento Climático Prévio,
3. Inspeção Periódica de Materiais e Equipamentos,
4. Boas Práticas de Sustentabilidade; e
5. Normas de Visitação.

Oferece Transporte, Guia de Turismo Credenciado, Condutores de Ecoturismo Capacitados e Equipamentos de Segurança.

Protocolos parciais e ausência de Termo de Risco, Plano de Emergência e Seguro

configuram lacunas em gestão de riscos. Equipamentos homologados demonstram conformidade parcial, sem sistema integrado de análise de incidentes.

### AGÊNCIA 02

**Implementa 5 protocolos de segurança:**

1. Plano de Resposta e Emergência,
2. Monitoramento Climático Prévio,
3. Inspeção Periódica de Materiais e Equipamentos,
4. Termo de Conhecimento de Risco e
5. Normas de Visitação.

Oferece Transporte, Guia de Turismo Credenciado, Condutores de Ecoturismo Capacitados, Seguro Aventura, Equipamentos de Segurança, Material Interpretativo e Checklist de Vestuário e Equipamentos ao Cliente.

Plano de Emergência, Termo de Risco e Seguro Aventura indicam gestão mais robusta. Ausência de Análise de Risco e normas ISO 21102 e 21103 impede classificação superior, sem cultura de segurança consolidada.

### AGÊNCIA 03

**Implementa 5 protocolos de segurança:**

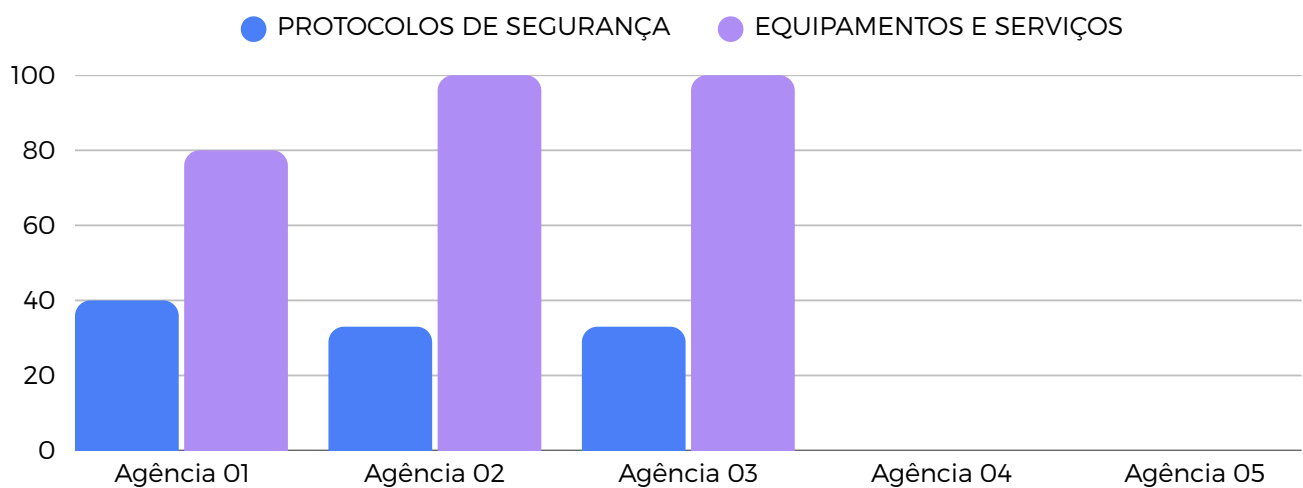
1. Uso de Equipamentos de Segurança Homologados,
2. Monitoramento Climático Prévio,
3. Inspeção Periódica de Materiais e Equipamentos,
4. Termo de Conhecimento de Risco e
5. Normas de Visitação.

Oferece Transporte, Guia de Turismo Credenciado, Condutores de Ecoturismo Capacitados, Equipamentos de Segurança e Checklist de Vestuário e Equipamentos ao Cliente.

Estrutura similar à Agência 2, porém sem Seguro Aventura. Ausência de Plano de Emergência representa lacuna crítica. Checklist demonstra padronização parcial com treinamento periódico limitado.

## AGÊNCIA 04 E 05

Ambas operam exclusivamente com transporte de passageiros, sem protocolos de segurança, treinamento, equipamentos de proteção ou plano de emergência. A ausência completa de documentação, procedimentos padronizados e gestão de riscos caracteriza operação sem Sistema de Gestão de Segurança implementado conforme ISO 21101.



As agências de turismo apresentam heterogeneidade marcante, com três prestadores demonstrando nível PARCIAL de maturidade e dois operando sem SGS implementado. A taxa consolidada de 21,3% de protocolos implementados e 56% de equipamentos e serviços essenciais indica estrutura **BÁSICA** na categoria.

As agências com nível PARCIAL implementam entre cinco e seis protocolos, oferecem guias credenciados, condutores capacitados e equipamentos de segurança.

Porém apresentam lacunas em documentação completa, treinamento regular aprofundado e sistemas integrados de gestão de riscos.

A presença de Seguro Aventura em apenas uma agência e Plano de Resposta e Emergência em outra evidência vulnerabilidades críticas. As agências sem SGS comprometem a percepção de segurança do destino, operando exclusivamente com transporte, sem protocolos mínimos para atividades turísticas.

## CONDUTORES DE TURISMO

Os condutores de turismo representam profissionais locais que possuem conhecimento aprofundado sobre o território, cultura e história natural da região onde atuam. Diferentemente dos Guias de Turismo, que exigem registro formal no Ministério do Turismo, os condutores caracterizam-se por saberes tradicionais e vivência comunitária. Suas atribuições incluem condução de grupos em trilhas, caminhadas interpretativas, observação de fauna e flora, passeios de canoa e banho de floresta.

Os quatro condutores identificados atuam predominantemente em atividades de baixo impacto ambiental, operando com estrutura simplificada e vínculos diretos com a comunidade local.

### CONDUTOR 01

#### **Implementa 2 protocolos de segurança:**

1. Monitoramento Climático Prévio e
2. Normas de Visitação.

Oferece Condutores de Ecoturismo Capacitados. A presença de capacitação indica treinamento inicial, porém superficial.

Monitoramento climático é o único procedimento preventivo. Ausência de documentação, equipamentos certificados, plano de emergência, guia credenciado e seguro evidencia operação informal com protocolos mínimos.

### CONDUTOR 02

Se apresenta como condutor capacitado, sem registro de protocolos de segurança formais. A ausência de documentação, equipamentos de proteção, procedimentos padronizados e plano de emergência caracteriza estrutura mínima. A operação concentra-se em trilhas, caminhadas e passeio de canoa, atividades que demandam protocolos específicos não evidenciados.

### CONDUTOR 03

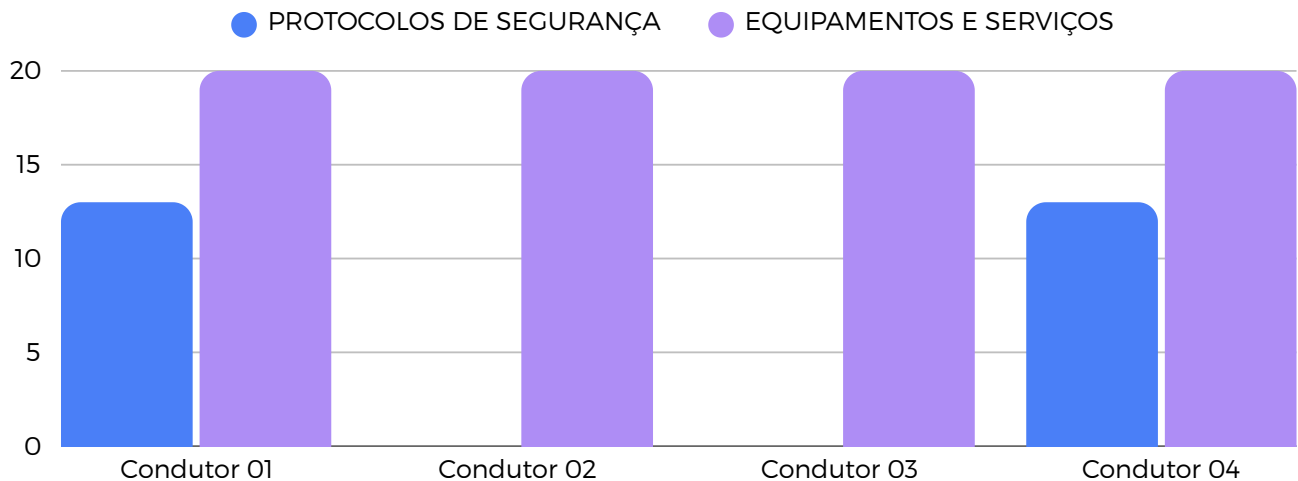
Oferece Equipamentos de Segurança, sem registro de protocolos formais ou capacitação documentada. A presença de equipamentos indica recursos básicos, porém sem evidências de homologação, inspeção periódica ou procedimentos de uso padronizados. A ausência de treinamento documentado, plano de emergência e demais protocolos configura estrutura rudimentar.

### CONDUTOR 04

#### **Implementa 2 protocolos de segurança:**

- Monitoramento Climático Prévio,
- Inspeção Periódica de Materiais e Equipamentos.

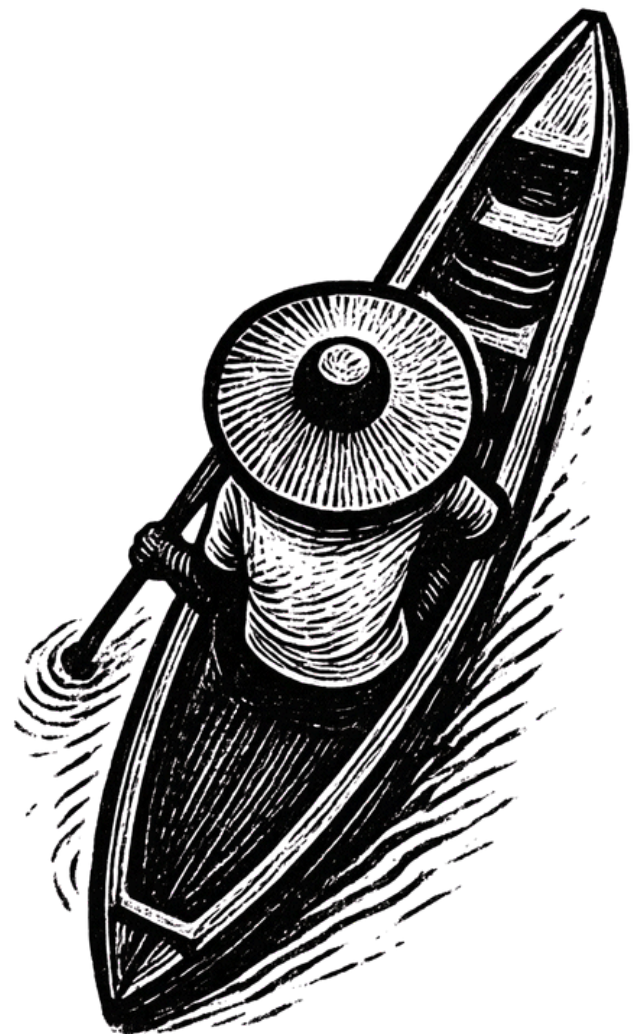
Oferece equipamentos de segurança e demonstra procedimento preventivo estabelecido através da inspeção periódica, diferenciando-se dos demais condutores. Isso indica conformidade básica. Porém, a ausência de documentação formal, treinamento certificado e plano de emergência limita a classificação.



Os condutores de turismo operam com nível **BÁSICO** de maturidade, caracterizado por protocolos mínimos, treinamento inicial superficial e equipamentos básicos. A taxa consolidada de 7% de protocolos implementados e 20% de equipamentos e serviços essenciais confirma estrutura **BÁSICA** na categoria.

Todos os condutores apresentam elementos rudimentares de SGS, como capacitação em ecoturismo, monitoramento climático e equipamentos de segurança, porém sem documentação formal, planos de emergência ou procedimentos padronizados.

A ausência universal de Seguro Aventura e Checklist de Vestuário evidencia informalidade operacional. Os protocolos limitam-se a monitoramento climático e normas de visitação, insuficientes para gestão robusta de riscos em atividades como trilhas, caminhadas e passeios de canoa



## VEÍCULOS MOTORIZADOS

A categoria “Outros” agrupa prestadores que não se enquadram nas classificações anteriores, mas desempenham papel complementar através da oferta de transporte especializado para visitação de atrativos.

Esta categoria evidenciou concentração total de proprietários de buggys, quadriciclos e outros veículos motorizados que operam passeios panorâmicos e experiências de aventura motorizada nas praias e estradas vicinais. A operação limita-se ao deslocamento de passageiros em veículos motorizados.

A categoria apresenta ausência total de Sistema de Gestão de Segurança, caracterizando nível **NENHUM** de maturidade. Os 9 prestadores operam exclusivamente com transporte de passageiros em veículos motorizados, sem protocolos de segurança específicos

para turismo de aventura, documentação formal, treinamento de equipes para atividades de risco, equipamentos de proteção especializados ou planos de emergência.

A taxa de 0% em todos os elementos avaliados confirma que estes prestadores não desenvolvem atividades que demandem SGS conforme ABNT NBR ISO 21101 e ABNT NBR 15453 (Turismo de Aventura – Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues – Requisitos para produto).

Esta categoria compromete significativamente a avaliação geral do destino em termos de SGS, pois sua atuação concentra-se em serviços de passeios turísticos de alta demanda.



## ANÁLISE CONSOLIDADA

O diagnóstico consolidado de maturidade em Sistema de Gestão de Segurança revelou implementação heterogênea entre as categorias de prestadores, com concentração de deficiências críticas em protocolos estruturantes, documentação formal e planos de emergência.

A partir deste cenário, aprofunda-se a análise técnica por elemento (Protocolos de Segurança, Documentação, Treinamento de Equipe, Equipamentos de Proteção e Plano de Emergência), examinando especificidades operacionais, vulnerabilidades identificadas e implicações para segurança de participantes em cada categoria.

Esta abordagem propositiva permite identificar lacunas críticas que comprometem conformidade com ABNT NBR ISO 21101, avaliar riscos sistêmicos decorrentes de ausências específicas e direcionar intervenções técnicas prioritárias para elevação dos padrões de segurança no destino. A análise comparativa entre Agências de Turismo, Condutores de Turismo e Categoria “Outros” evidencia disparidades operacionais que exigem estratégias diferenciadas de capacitação, regulamentação e apoio técnico conforme capacidade instalada, escala de atuação e recursos disponíveis de cada segmento da cadeia produtiva do turismo receptivo em Itaúnas.



## AGÊNCIAS DE TURISMO

A análise consolidada das cinco agências de turismo cadastradas em Itaúnas revela padrão heterogêneo de implementação de Sistemas de Gestão de Segurança, com disparidades significativas entre prestadores que operam no mesmo destino turístico. A avaliação por elemento permite identificar quais componentes do SGS apresentam maior desenvolvimento e quais representam vulnerabilidades críticas na categoria.

### PROTOSCOLOS DE SEGURANÇA

Das cinco agências avaliadas, três implementam protocolos de segurança estruturados e duas operam sem qualquer protocolo formal. Os protocolos identificados concentram-se em Monitoramento Climático Prévio, Inspeção Periódica de Materiais e Normas de Visitação, presentes em três agências cada, configurando o núcleo mínimo de procedimentos preventivos estabelecidos na categoria. Equipamentos Homologados e Termo de Conhecimento de Risco aparecem em duas agências, enquanto Plano de Emergência, Procedimento de Comunicação e Boas Práticas ISO 20611 estão presentes em apenas uma agência cada.

O Monitoramento Climático permite cancelamento ou adiamento de operações em condições adversas, reduzindo exposição a riscos meteorológicos. A Inspeção Periódica demonstra preocupação com manutenção preventiva, minimizando falhas mecânicas durante atividades. As Normas de Visitação padronizam condutas e orientam participantes sobre procedimentos seguros.

O Uso de Equipamentos Homologados garante conformidade parcial com normas técnicas, e o Termo de Conhecimento de Risco formaliza comunicação de perigos, protegendo juridicamente o prestador e assegurando consentimento informado. O Plano de Resposta e Emergência, presente em apenas uma agência, representa a vulnerabilidade estrutural mais grave, dado que sua ausência em oitenta por cento dos prestadores elimina procedimentos definidos para acidentes, evacuação e acionamento de serviços externos. O Procedimento de Comunicação, igualmente restrito a uma agência, é indispensável para operações em áreas remotas sem cobertura de telefonia móvel.

A ausência universal de Análise de Risco constitui a lacuna mais crítica identificada. Sem esse protocolo central, exigido pela ISO 21101, as agências operam sem identificação sistemática de perigos, avaliação de probabilidade e determinação de controles para cada atividade, impossibilitando medidas preventivas baseadas em evidências.

O Seguro Aventura, presente em apenas uma agência, expõe prestadores e participantes a riscos financeiros graves em caso de acidentes. O Checklist de Vestuário, ausente em sessenta por cento das agências, aumenta a exposição a falhas operacionais. A heterogeneidade entre prestadores cria proteção desigual para turistas e impede evolução coletiva para níveis superiores de maturidade em gestão de segurança.

## DOCUMENTAÇÃO

Três agências apresentam documentação parcial e duas não registram qualquer formalização. Os documentos identificados são Normas de Visitação em três agências, Termo de Conhecimento de Risco em duas, Material Interpretativo em uma e referência à ISO 20611 em uma agência.

As Normas de Visitação estabelecem regras de conduta, limitações de acesso e orientações comportamentais, servindo como base para briefings operacionais. O Termo de Conhecimento de Risco formaliza a comunicação de perigos e o consentimento informado, protegendo juridicamente o prestador. Sua ausência em sessenta por cento das agências representa vulnerabilidade legal significativa. O Material Interpretativo e a referência à ISO 20611 indicam preocupação com qualidade informacional e sustentabilidade, sem configurarem documentação de segurança.

Nenhuma agência registra documentação completa de SGS conforme ISO 21101. Estão ausentes Análise de Riscos, Procedimentos Operacionais Padronizados, Planos de Emergência em oitenta por cento das agências, Registros de Inspeções, Incidentes e Treinamentos, Manuais de Operação e Procedimentos de Auditoria Interna.

A ausência de Análise de Riscos impede identificação de perigos por atividade. A falta de Procedimentos Operacionais compromete padronização e treinamento. A inexistência de registros sistemáticos elimina rastreabilidade e aprendizado organizacional, resultando em documentação fragmentada que inviabiliza melhoria contínua no destino.

## TREINAMENTO DE EQUIPE

Três agências evidenciam treinamento através de Guia de Turismo Credenciado e Condutores de Ecoturismo Capacitados, enquanto duas não registram qualquer formação formal. O credenciamento pelo Cadastur garante conhecimentos básicos em patrimônio turístico, condução de grupos, legislação e primeiros socorros, representando conformidade legal mínima. Os Condutores Capacitados complementam essa formação com técnicas de mínimo impacto, interpretação ambiental e procedimentos de segurança em trilhas.

Apesar dessas certificações básicas, nenhuma agência registra treinamento em Análise de Riscos, Gestão de Crises, Primeiros Socorros Avançados, Resgate em Ambientes Remotos, operação de equipamentos de comunicação de emergência ou capacitação conforme ISO 21102 e 21103. A ausência de Análise de Riscos impede identificação sistemática de perigos e decisões baseadas em evidências. A falta de Gestão de Crises compromete resposta coordenada a incidentes graves. A inexistência de Primeiros Socorros Avançados representa vulnerabilidade crítica em áreas remotas onde atendimento médico pode demorar horas.

O treinamento limita-se a certificações iniciais, sem reciclagem regular ou especialização avançada, configurando estrutura básica insuficiente para atividades de turismo de aventura com riscos significativos. A heterogeneidade entre agências compromete a padronização de competências no destino.

quadro crítico

## EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO

Três agências oferecem equipamentos de segurança, sendo que duas especificam uso de equipamentos homologados conforme normas técnicas brasileiras e internacionais. A homologação garante que coletes salvavidas, capacetes e demais dispositivos foram testados e certificados para suportar esforços específicos e oferecer proteção adequada. O Checklist de Vestuário está implementado em apenas duas agências, comprometendo verificação sistemática nos demais prestadores e aumentando o risco de participantes iniciarem atividades sem equipamentos essenciais.

Nenhuma agência registra equipamentos de comunicação avançados, como telefones via satélite ou rádios de longo alcance, representando vulnerabilidade crítica em áreas remotas sem cobertura celular. A ausência de equipamentos de resgate, como macas e cordas técnicas, limita a capacidade de extração de feridos em terrenos irregulares. A falta de navegação avançada, como GPS detalhado e bússolas de precisão, compromete orientação segura em condições adversas.

Os equipamentos identificados atendem requisitos básicos de conformidade, porém são insuficientes para operações em ambientes remotos com riscos significativos. A heterogeneidade entre agências, sendo três com equipamentos básicos e duas sem equipamentos evidenciados, compromete a padronização de proteção no destino turístico de Itaúnas.

## PLANO DE EMERGÊNCIA

Apenas uma agência registra Plano de Resposta e Emergência estruturado, representando taxa de implementação de vinte por cento desse elemento crítico. Três agências possuem Monitoramento Climático Prévio, procedimento preventivo que permite cancelar ou adiar operações em condições adversas. Uma agência possui Procedimento de Comunicação com rádio e GPS, e uma oferece Seguro Aventura. Duas agências não registram qualquer elemento de emergência.

A ausência de Plano de Emergência em 80% das agências representa a vulnerabilidade mais crítica identificada. Sem procedimentos documentados, a resposta a incidentes depende de improvisação individual, comprometendo eficácia, coordenação e tempo de resposta. A falta de Seguro Aventura no mesmo percentual expõe prestadores e participantes a riscos financeiros elevados em casos de resgate, evacuação e atendimento médico especializado. A ausência de Procedimento de Comunicação compromete o acionamento de ajuda em áreas remotas sem cobertura celular.

Nenhuma agência registra Simulações de Emergência, Protocolos de Primeiros Socorros Avançados ou Sistema de Gestão de Riscos Integrado. A presença do Monitoramento Climático em sessenta por cento das agências não compensa a ausência de procedimentos estruturados de resposta, configurando deficiência crítica que demanda intervenções prioritárias para elevar os padrões de segurança no destino.

## CONDUTORES DE TURISMO

A análise consolidada dos quatro condutores de turismo cadastrados em Itaúnas revela padrão de implementação BÁSICO de Sistemas de Gestão de Segurança, caracterizado por práticas operacionais informais, ausência de documentação estruturada e dependência de conhecimento empírico individual. A categoria opera predominantemente com base em experiência local e saberes tradicionais, sem metodologia sistemática para gestão de riscos ou procedimentos padronizados que caracterizem SGS conforme ABNT NBR ISO 21101.

### PROTOCOLOS DE SEGURANÇA

Dos quatro condutores avaliados, três implementam protocolos mínimos de segurança, concentrados em Monitoramento Climático Prévio, Inspeção Periódica de Materiais e Normas de Visitação, cada um presente em apenas dois condutores. Um condutor opera exclusivamente com base em experiência pessoal, sem qualquer protocolo formalizado.

O Monitoramento Climático baseia-se em observação empírica sem registros documentados, limitando sua eficácia em atividades aquáticas no Rio Itaúnas. A Inspeção de Materiais ocorre de forma não sistemática, sem checklists ou critérios de descarte, gerando vulnerabilidade crítica em passeios de canoa.

As Normas de Visitação são comunicadas verbalmente, sem documentação ou confirmação de compreensão,

comprometendo rastreabilidade com grupos grandes ou turistas estrangeiros. Doze protocolos críticos estão completamente ausentes: Equipamentos Homologados, Procedimento de Comunicação, Análise de Risco, Plano de Emergência, Boas Práticas ISO 20611, Competências ISO 21102 e 21103, Termo de Conhecimento de Risco, Checklist de Vestuário, Seguro Aventura, Primeiros Socorros, Registro de Incidentes e Auditorias Internas.

A ausência de Análise de Risco representa a lacuna mais crítica. Condutores operam trilhas em restinga, manguezal e mata atlântica, além de passeios de canoa, sem identificação sistemática de perigos ou determinação de controles.

A falta de Plano de Emergência elimina procedimentos para acidentes em áreas remotas, onde o atendimento médico pode levar horas, aumentando risco de sequelas ou fatalidades.

A ausência de Procedimento de Comunicação expõe grupos ao isolamento em trilhas sem cobertura móvel. A falta do Termo de Conhecimento de Risco gera vulnerabilidade jurídica grave.

A inexistência de Seguro Aventura expõe condutores e participantes a custos incompatíveis com a capacidade financeira individual. A categoria apresenta estrutura básica, heterogênea e sem padronização suficiente para evolução nos níveis de maturidade em gestão de segurança.

## DOCUMENTAÇÃO

Nenhum dos quatro condutores registra documentação formal de segurança. A ausência universal de documentos configura operação inteiramente informal, baseada em comunicação verbal, conhecimento tácito e práticas não padronizadas. Os documentos ausentes incluem:

- Normas de Visitação escritas,
- Termo de Conhecimento de Risco,
- Análise de Riscos documentada,
- Procedimentos Operacionais Padronizados,
- Planos de Emergência,
- Registros de Inspeções,
- Registros de Incidentes,
- Registros de Treinamentos e
- Manuais de Operação por Atividade.

A falta de documentação impede padronização de procedimentos, treinamento consistente de novos condutores, rastreabilidade de decisões operacionais, aprendizado organizacional a partir de incidentes e demonstração de conformidade legal.

Sem registros formais, condutores não conseguem comprovar que realizaram inspeções de equipamentos, forneceram informações adequadas sobre riscos ou implementaram medidas preventivas.

A ausência documental compromete defesa legal em processos judiciais, impossibilita auditoria de conformidade e impede identificação de padrões de falhas para implementação de melhorias. A documentação é INEXISTENTE na categoria.

## TREINAMENTO DE EQUIPE

Dois condutores registram capacitação básica em ecoturismo, com conhecimentos introdutórios sobre interpretação ambiental, primeiros socorros elementares e técnicas de mínimo impacto. Ao que tudo indica, os outros dois operam exclusivamente com base em experiência empírica, sem qualquer treinamento formal validado. Nenhum condutor registra formação avançada em análise de riscos, gestão de emergências, primeiros socorros wilderness, resgate em ambientes remotos ou competência conforme ISO 21103.

A capacitação básica presente em cinquenta por cento dos condutores é insuficiente diante da diversidade de ambientes operacionais em Itaúnas, que inclui restinga, manguezal, mata atlântica e ambientes aquáticos, com riscos de afogamentos, picadas de animais peçonhentos, quedas e exposição solar extrema. Primeiros socorros básicos não habilitam condutores para estabilização de fraturas, tratamento de envenenamentos ou evacuação em terrenos difíceis.

A ausência de treinamento em Análise de Riscos impede identificação sistemática de perigos antes de cada operação. A falta de Primeiros Socorros Wilderness representa vulnerabilidade crítica em ambientes remotos, onde decisões inadequadas podem agravar lesões graves. A inexistência de capacitação em Resgate em Ambientes Remotos limita extração de feridos em trilhas alagadas ou terrenos sem acesso veicular. O treinamento classifica-se entre básico e inexistente, configurando estrutura insuficiente para gestão de riscos.

## EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO

Três condutores oferecem equipamentos básicos de segurança, incluindo coletes salva-vidas para passeios de canoa, kits de primeiros socorros elementares e lanternas para atividades noturnas. Um condutor não registra qualquer equipamento de proteção. Nenhum condutor especifica homologação de equipamentos ou implementa Checklist de Vestuário e Equipamentos ao Cliente.

A ausência de especificação sobre homologação compromete a garantia de qualidade e conformidade técnica. Coletes sem certificação da Marinha do Brasil podem não oferecer fluidez adequada, kits incompletos podem carecer de materiais essenciais e lanternas de baixa qualidade podem falhar em operações noturnas. A falta de Checklist de Vestuário eleva riscos de participantes iniciarem atividades sem proteção solar, calçados adequados ou hidratação suficiente, aumentando exposição a insolação, desidratação, quedas e picadas em ambientes de restinga, manguezal e ambientes aquáticos.

A ausência de equipamentos de comunicação avançados, como rádios de longo alcance e telefones via satélite, compromete o acionamento de ajuda em emergências em áreas remotas sem cobertura celular. A inexistência de equipamentos de resgate impede extração segura de feridos. A categoria apresenta conformidade básica, com estrutura insuficiente para operações seguras em ambientes remotos com riscos significativos.

## PLANO DE EMERGÊNCIA

Nenhum dos quatro condutores registra Plano de Resposta e Emergência estruturado, configurando a vulnerabilidade mais crítica da categoria. Dois condutores implementam Monitoramento Climático Prévio, permitindo cancelamentos em condições adversas, mas prevenção não substitui procedimentos de resposta a emergências instaladas, como acidentes em trilhas remotas, picadas de animais peçonhentos ou afogamentos.

A ausência de Procedimento de Comunicação formal impede o acionamento eficaz de ajuda em situações críticas. Sem sistemas confiáveis, condutores ficam isolados em áreas remotas, inviabilizando resgates e evacuação médica. A inexistência de Seguro Aventura agrava o cenário, expondo condutores e participantes a riscos financeiros extremos após acidentes graves.

A falta de Simulações de Emergência impede o desenvolvimento de memória muscular para resposta sob pressão e o teste real de sistemas de comunicação. Sem treinamento prático, procedimentos críticos dependem de improvisação individual. A ausência universal de planos estruturados, comunicação formal, seguro e simulações expõe participantes a agravamento de lesões e risco de sequelas permanentes em ambientes remotos.

## VEÍCULOS MOTORIZADOS

A categoria Veículos Motorizados ("Outros"), composta por nove prestadores de transporte turístico motorizado em buggys, quadriciclos e veículos 4x4, representa 50% dos empreendedores pesquisados e configura o segmento com maior demanda de serviços turísticos em Itaúnas.

A análise consolidada revela ausência total de Sistemas de Gestão de Segurança, com nenhum prestador registrando protocolos de segurança, documentação formal, treinamento de equipe, equipamentos de proteção específicos ou planos de emergência.

É correto afirmar que a categoria apresenta nível de maturidade inexistente em todos os quatro elementos avaliados, configurando a situação mais crítica identificada no destino. Passeios motorizados apresentam riscos significativos de capotamento, colisões, atropelamento de fauna silvestre e desorientação em áreas remotas.

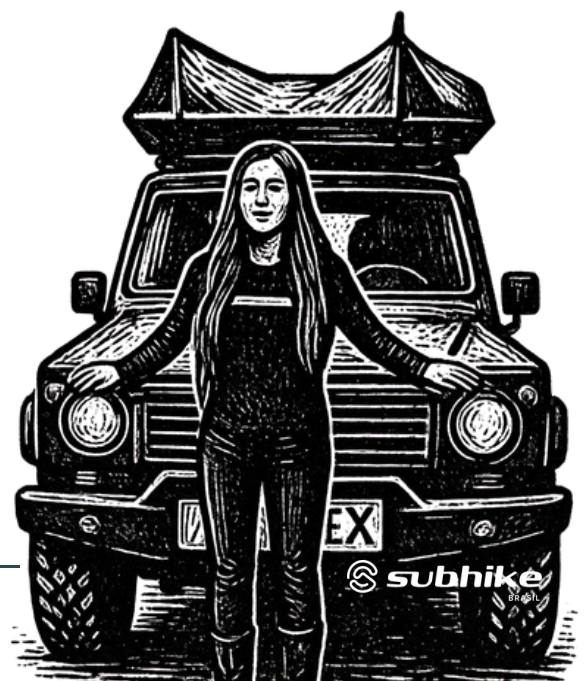
A operação sem análise sistemática de perigos, inspeção técnica de veículos ou briefing de segurança expõe participantes a acidentes graves sem estrutura adequada de prevenção ou atendimento.

A inexistência de documentação formal impede padronização de procedimentos, rastreabilidade de decisões e aprendizado organizacional a partir de incidentes. Prestadores operam sem treinamento em direção defensiva, primeiros socorros ou gestão de emergências, baseando-se exclusivamente em experiência empírica sem validação técnica.

Equipamentos homologados como cintos de segurança, capacetes, extintores e kits de primeiros socorros não foram evidenciados, comprometendo a capacidade de resposta a situações críticas. A gravidade amplifica-se ao considerar que esta categoria transporta diariamente dezenas de turistas em ambientes de dunas, praias e restinga.

A ausência total de SGS no segmento majoritário configura vulnerabilidade sistêmica ao destino, expondo visitantes a riscos elevados de acidentes graves, comprometendo a reputação turística de Itaúnas e inviabilizando certificações de qualidade. Acidentes fatais podem gerar processos judiciais, interdição de áreas turísticas e redução drástica do fluxo de visitantes.

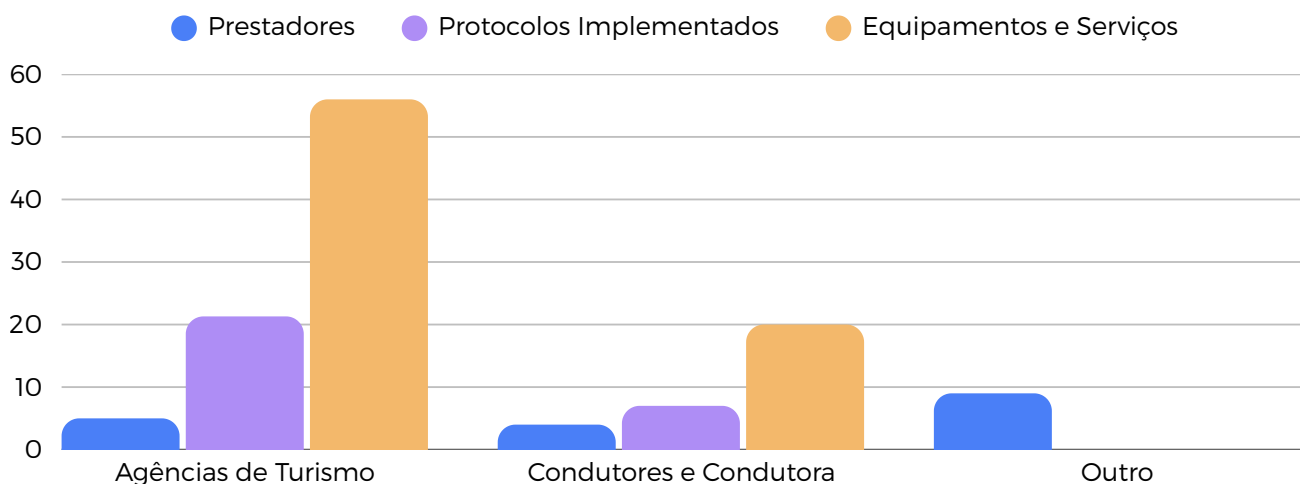
A implementação urgente de requisitos mínimos, incluindo inspeção técnica obrigatória de veículos, treinamento em direção defensiva, equipamentos de proteção homologados e contratação de seguro aventura, constitui prioridade crítica para a gestão de riscos no destino.



## CONSOLIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE MATURIDADE SGS

O destino turístico Itaúnas apresenta nível de maturidade BÁSICO em Sistema de Gestão de Segurança, caracterizado por protocolos mínimos, documentação incompleta, treinamento inicial superficial, equipamentos básicos e planos de emergência

rudimentares. A taxa consolidada de 6,3% de protocolos implementados e 17,1% de equipamentos e serviços essenciais evidencia estrutura incipiente de gestão de riscos no turismo de aventura local.



Os Protocolos de Segurança concentram-se em elementos preventivos básicos: Monitoramento Climático Prévio, Inspeção Periódica de Materiais e Normas de Visitação, cada um com cinco ocorrências. Protocolos mais complexos apresentam implementação crítica, com Análise de Risco e Competências ISO 21102 e 21103 ausentes em todos os prestadores, e Plano de Emergência e Seguro Aventura registrados em apenas uma ocorrência cada. A ausência universal de Análise de Risco configura vulnerabilidade estrutural, impedindo identificação sistemática de perigos.

As Agências de Turismo concentram os níveis mais elevados de maturidade, com três prestadores implementando entre cinco e seis protocolos. A presença de Termo de

Conhecimento de Risco, Plano de Emergência e Seguro Aventura em parcela restrita dos operadores demonstra capacidade instalada, porém heterogênea. Duas agências sem protocolos mínimos comprometem a percepção de segurança do destino.

Os condutores operam com estrutura básica, sem documentação formal, planos de emergência ou procedimentos padronizados. A ausência universal de Seguro Aventura e Checklist de Vestuário evidencia informalidade operacional. A categoria de Veículos motorizados, opera em cenários de severidade elevada, representando uma vulnerabilidade crítica que puxa para baixo o diagnóstico geral de gestão de segurança do destino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destino Itaúnas opera com Sistema de Gestão de Segurança em estágio BÁSICO, caracterizado por implementação fragmentada de protocolos, ausência de padronização e deficiências críticas em análise de riscos, planos de emergência e seguros.

A predominância de nível BÁSICO e NENHUM em 83,3% dos prestadores evidencia necessidade de intervenções estruturantes para elevação dos padrões de segurança e conformidade com normas técnicas. É importante salientar a natureza autodeclaratória da pesquisa permite apenas inferir percepção sobre a existência de protocolos, não sua efetiva implementação.

As agências de turismo foram as que mais mencionaram protocolos, porém a simples menção não configura SGS estruturado conforme ABNT NBR ISO 21101, que exige conjunto documentado, implementado, mantido e continuamente melhorado de processos.

Práticas isoladas como uso de equipamentos homologados, monitoramento climático, inspeção de materiais e Termo de Conhecimento de Risco, embora relevantes, necessitam de documentação, registros, treinamento contínuo e auditorias para integrar um SGS funcional. A ausência desse sistema formal impede classificação em níveis superiores de maturidade.

O ponto mais crítico concentra-se nos passeios motorizados em buggys, que operam sem qualquer protocolo formalizado.

A ausência de SGS nesse segmento compromete a segurança dos participantes, expõe prestadores a responsabilidades legais conforme o Decreto nº 7.381/10 e o Código de Defesa do Consumidor, e gera não conformidade com normas técnicas aplicáveis como ABNT NBR 15383 e 15453. A alta demanda por esses serviços amplifica exponencialmente a probabilidade de acidentes graves.

A informalidade generalizada impacta diretamente a imagem e a credibilidade de Itaúnas como destino turístico. Incidentes de segurança, amplificados pelas redes sociais, podem comprometer irreversivelmente a reputação do destino, afastando visitantes e impactando toda a cadeia econômica local. A ausência de padronização também favorece impactos ambientais indiretos, comprometendo a preservação dos atrativos naturais essenciais ao ecoturismo.

A implementação de SGS conforme ABNT NBR ISO 21101 constitui estratégia fundamental para mitigar riscos, proteger vidas e consolidar Itaúnas como destino seguro e responsável, com prioridade absoluta para a formalização dos serviços de transporte motorizado.



## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABETA. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Guia de Implementação ABNT NBR ISO 21101**. [S.l.]: ABETA, [s.d.].

ABETA. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Lista de Normas Técnicas no Turismo de Aventura**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 21101: Turismo de aventura - Sistemas de gestão da segurança – Requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

ISO. International Organization for Standardization. **ISO 21101: Adventure tourism - Safety management systems – A practical guide for SMEs**. Geneva: ISO, [s.d.]. (Preview/Handbook). [1]

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Aventura: Orientações Básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

WILKS, J.; PENDERGAST, D.; LEGGAT, P. A.; MORGAN, D. (org.). **Tourist Health, Safety and Wellbeing in the New Normal**. Singapore: Springer, 2021.





**SEU PASSO CONECTADO AO PRÓXIMO**

**CONECTE-SE**

**Transformando o Turismo de Natureza em uma  
ferramenta de Responsabilidade Socioambiental**

Espírito Santo | Brasil

@subhikebrasil



REALIZAÇÃO



APOIO



EXECUÇÃO

